

OPINIÃO

EDITORIAL

A banalização da máquina pública e a omissão institucional

A denúncia de que funcionárias do gabinete do vereador Brando Veiga (Republicanos) estariam sendo usadas, em pleno horário de expediente, para produzir material de campanha eleitoral não é apenas grave — é um sintoma da degeneração institucional que corrói a Câmara de Ribeirão Preto.

Trata-se de um uso indevido da estrutura pública para fins privados, o que configura, em tese, improbidade administrativa, desvio de função e um profundo desrespeito à população que paga os salários desses servidores e dos próprios parlamentares. A denúncia de uso de nota fria, de empresa legal mas que não prestou os serviços, só corrobora a denúncia.

Longe de ser fato único. É mais um exemplo de prática de conhecimento geral, mas que há muito deixou de causar indignação. Já é parte do sistema, sendo ocasionalmente retratada em parcas matérias jornalísticas — o tema também parece não ser importante para boa parte da imprensa.

Mas, tão preocupante quanto a prática — que precisa ser apurada com rigor — é a previsível reação da Câmara: o silêncio. A mesma omissão cúmplice que já se viu nos casos envolvendo o vereador Sérgio Zerbinato (PSDB), cuja ex-assessora denunciou ter sido obrigada a repassar parte do salário para a parlamentar e de Duda Hidalgo (PT), acusada de usar carro do Legislativo para uso partidário particular.

Nenhuma punição. Nenhuma comissão processante que tenha prosperado. Nenhuma demonstração de que o Legislativo local leva a sério o zelo com o dinheiro público. E, em alguns casos, o silêncio sepulcral daqueles que deveriam ter a prioridade na defesa da população — não sem motivo, o Legislativo é conhecido como “a Casa do Povo”.

Infelizmente, entretanto, a Câmara transformou-se em uma espécie de incubadora de escândalos abafados, protegendo seus pares com a conveniente cortina da “autonomia do mandato”,

que, ao invés de fortalecer a democracia, a enfraquece. Quem conhece os bastidores do Legislativo sabe o tamanho da complacência dos parlamentares com os chamados malfeitos.

Diante da inércia do Legislativo, é imperativo que o Ministério Público assuma seu papel com o rigor que o caso exige. Não se trata de mais um episódio isolado, mas de uma sequência de fatos que demonstram o uso recorrente da máquina pública para fins eleitorais ou pessoais, sem qualquer consequência institucional. A leniência da Câmara diante de seus próprios escândalos mina a credibilidade do parlamento e rebaixa a política a um jogo de conivência e impunidade.

O MP, que já deveria ter sido mais assertivo nos casos anteriores, agora tem uma nova oportunidade — ou obrigação — de interromper esse ciclo de auto-proteção corporativa. É preciso instaurar investigação imediata, solicitar imagens, depoimentos e comprovar se, de fato, servidores pagos com dinheiro público estavam atuando como cabos eleitorais disfarçados. Se confirmado o ilícito, que o vereador responda judicial e administrativamente, inclusive com pedido de perda do mandato. A Justiça precisa dar uma resposta que o Legislativo se recusa a dar.

Ao cidadão, resta mais uma vez o papel de espectador indignado. Mas esse papel já não basta. O escândalo que agora envolve Brando Veiga deve ser a gota d'água para que a sociedade civil pressione por transparência, por respostas e por reformas que inibam o uso da máquina pública como extensão de projetos eleitorais pessoais.

A política local não pode continuar sendo tratada como zona de conforto para práticas que beiram — ou ultrapassam — a ilegalidade. A democracia exige vigilância, e a ética no serviço público não pode ser opcional.

NOVAS IDEIAS

Neopopulismo: quanto vale o show?

FLÁVIO LUIZ ZEOTTI



Parafrazeando inicialmente um icônico apresentador, que, no ano passado, encerrou a sua vida terrena, começo o singelo texto para abordar uma preocupante postura dos políticos neopopulistas virtuais.

Aliás, atrevo-me a nomeá-los dessa forma, pois, na ótica que observo, vejo que há uma nova roupagem as antigas práticas do bom e velho populismo. Aquele mesmo imortalizado por Getúlio Vargas, que, em seu último ato, “saiu da vida e entrou para a História”.

História essa que, desde então, jamais deixou de testemunhar personagens políticos que hora ou outra se apresentam com comportamentos que remetem as práticas populistas que, além de Vargas, personagens como Perón e Evita, na Argentina, Lázaro Cárdenas, no México, fizeram dessas políticas, palanques de seus governos.

Ocorre que agora, com o advento e a facilidade de acesso pelas redes sociais, a prática se faz com maior intensidade. O fenômeno tem se intensificado, principalmente após as últimas eleições para o executivo e legislativo federal e estadual em 2022, bem como, as municipais em 2024.

Redes sociais como Instagram, Facebook e Tik Tok tornaram-se púlpitos para um verdadeiro show de demagogia e promessas políticas vazias. O que vale é o “engajamento” e a quantidade de “likes” — linguagem utilizada por esses meios — sem muita preocupação com a efetividade das promessas realizadas.

São vários os mandatários por cargos eletivos que usam e abusam da “terra de ninguém” que são as redes sociais para desfilarem posturas hilárias por que não muitas vezes que beiram o ridículo. O cenário utilizado são os mais diversos, tais como: banho de piscina com roupa e tudo mais, tomar sol em cadeiras de praia nas obras públicas não finalizadas pela última gestão, celular em ponto de ônibus. Enfim, é o vale-tudo (sem intenções midiáticas para promover a nova novela), para conquistar ou iludir, os seus eleitores e quem sabe novos votantes.

E por falar em novelas, a nova prática revela um cenário desolador construído por representantes de grandes cidades, e até mesmo governadores e deputados, sejam eles estaduais ou federais, que representam os estados mais ricos da Federação, e não medem esforços para se exibirem de maneira esdruxula, patética e sem a mínima coerência com a Ciência, denominada Política, construída desde os períodos mais remotos e os pensadores mais longínquos, cito alguns como: Aristóteles, Platão, John Locke, Thomas Hobbes, e outros vários que você leitor, tem a liberdade de remetê-los através de seus conhecimentos.

O que me preocupa nessa prática neopopulista, é que a seriedade, a postura, e até mesmo a ética de nossos representantes estão ficando esquecidas para dar espaço ao comportamento apelativo e desmedido de nossos representantes.

As banalidades jamais poderão suprimir a verdadeira essência do que realmente representa em suas raízes o único sentido de se atuar na política, que visa trabalhar para o bem comum, e construir políticas sólidas e robustas que são refletidas em toda a sociedade.

Quicá seja somente uma onda que não permaneça, e que muito em breve possamos a ter opções que realmente atendam os requisitos que a política brasileira e, principalmente, nós brasileiros, merecemos.

* Advogado, Professor de História e Publicitário

OPINIÃO DO LEITOR

Salutar que os cidadãos conheçam a situação da Coderp, RP Mobi e Cohab. Parabéns ao Jornal Ribeirão pelas reportagens

Euclides Oliveira, Jardim Novo Mundo

Jornal Digital



Leia o QRCode e acesse a versão online do Jornal Ribeirão

Pontos de Distribuição

Veja onde você encontra a versão impressa do Jornal Ribeirão:

- Banca Tibiriçá - R. Tibiriçá, 600
- Banca do Denis - R. Otávio Gólfeto, 326
- Banca Saudade - Av. Saudade S/N
- Banca Paulista - Av. Independência, 1680
- Banca 2000 - Praça Coração De Maria S/N
- Banca Balleiro - R. Gen. Osório, 549 - Calçadão
- Banca Oracilda - Praça Jose Mortari S/N
- Banca Solange - Av. Pres. Vargas, 25 - Esq. Av. R. Nove De Julho
- Banca Camões - Praça Camões S/N
- Banca Oásis - R. Duque de Caxias, 800
- Banca Pinguim - R. Gen. Osório em frente a Choperia Pinguim - Calçadão
- Banca do Valdir - Av. Nove De Julho, 378 - Esq. R. Visconde de Inhaúma
- Banca 13 de Maio - Av. 13 De Maio, 575
- Banca Irajá - R. Dr. Isaac Teodoro de Lima, 588
- Banca Sete de Setembro - Praça
- Banca do Emerson - R. Campos Salles, 431
- Banca Ofício Center - Av. Portugal, 1760
- Banca do Amaral - R. Amador Bueno, 395
- Banca da Lucia - Av. Dom Pedro S/N
- Banca do Rogério - R. Maria Tereza Braga Cení, 425
- Banca do Peruano - R. Florêncio De Abreu S/N (Calçada Catedral)
- Banca da Japa - Av. Jerônimo Gonçalves, 493 (Próx Rodoviária)

JORNAL RIBEIRÃO

SKY COMUNICAÇÃO E EVENTOS LTDA
CNPJ 12.884.377/0001-30

www.JORNALRIBEIRAO.COM.BR

REDAÇÃO:

Av. Eduardo Gomes de Souza, 766 - S/4
City Ribeirão - Ribeirão Preto/SP
CEP 14021-540

Editor-chefe: **Eduardo Schiavoni**
Editor adjunto: **Beatriz Camargo**
Editor de arte: **Daniel Torrieri**

Contato:
redacao@jornalribeirao.com.br

ATENDIMENTO AO LEITOR:
(16) 99173-3980

Acesse pelo QRCode >



Departamento Comercial: **Emerson Cosmo**
comercial@jornalribeirao.com.br

Material noticioso e fotográfico fornecido pelas agências de notícias Estado, Brasil, France-Press, Reuters, pela equipe de correspondentes e pelos colaboradores.

O Jornal Ribeirão não se responsabiliza por conceitos ou opiniões emitidos em colunas ou artigos assinados.